

---

# TRABALHO E EMERGÊNCIA TEÓRICO-PRÁTICA DA REFORMA AGRÁRIA COMO INSTRUMENTO DE LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL\*

**Antonio Thomaz Júnior**

thomazjr@gmail.com

Mobilizado essencialmente pelas disputas intercorporativas e afeito à “leitura” fetichizada do território sob o ângulo de visão do capital, o trabalho se encontra distanciado da compreensão dos mecanismos de dominação, restrito ao regramento jurídico-político da delimitação dessa ou daquela categoria/corporação em consonância ao território delimitado pelo Estado, se nesse ou naquele município, à unicidade sindical. Então, na maioria dos casos, o trabalho não está referenciado aos interesses de classe, das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que recobrem os desígnios da classe trabalhadora, tais como projeto de desenvolvimento, reforma agrária.

Está em questão polemizarmos sobre a compreensão parcial, fragmentada e

engessada dos trabalhadores com respeito aos parâmetros do edifício corporativo-sindical e suas ramificações para os movimentos sociais, e priorizarmos o movimento de (des)realização do trabalho e a sua fragilização/esvaziamento diante dos novos desafios da reestruturação produtiva do capital.

Quando nos ocupamos com a (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeadas, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em

---

\* Esse texto é parte das reflexões que apresentamos na tese de livre docência, defendida em julho de 2009, “Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)”. Ver: Thomaz Júnior, 2009. E também contém os resultados iniciais das pesquisas que estão em consecução com o apoio do CNPq (Editais: Universal, Ciências Humanas, e Produtividade em Pesquisa).

\*\* Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT); pesquisador PQ/CNPq.

cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. Se buscarmos em Marx e Engels (1982), em *A Ideologia Alemã*<sup>1</sup>, vamos encontrar que a propriedade privada funda o *trabalho estranhado* (e vice-versa), no entanto, a determinação *reflexiva* de propriedade privada é a *divisão hierárquica do trabalho*. É por isso que os autores asseveram: “Assim, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade” (p.79). Portanto, é do processo social de proletarização, diga-se processo sistêmico do metabolismo social do capital, que emerge a condição de existência da civilização do capital. Dito de outra forma, o *processo de proletarização* que marca a ocidentalização do mundo, protagoniza um movimento sócio-histórico estrutural e impõe um *tipo humano* submetido às coisas ou ao poder das coisas, ou seja, o homem alienado ou homem desefetivado como sujeito<sup>2</sup>.

Por conseguinte, surpreendem-se os vínculos entre fragmentação do trabalho e (re)divisão técnica do trabalho, que ultrapassam a espacialidade campo↔cidade e a escala da identidade subjetiva de cada experiência laboral,

colocando em xeque os referenciais fragmentados, de uso corrente, pelas instâncias de representação política (sindicatos/categorias sindicais, associações, cooperativas, movimentos sociais) e, via de regra, também presentes nos estudos científicos.

Os desafios estão postos e as fragmentações entre campo e cidade nos expõem às indeterminações analíticas e às insuperáveis limitações de um corpo teórico letárgico. Por exemplo: o MST também direciona ações para os centros urbanos, não somente restritas à política de arrematação, por meio do coletivo da Frente de Massa, mas na organização de assentamentos que possam cumprir outros papéis e não exclusivamente a produção de alimentos, como é o caso das Comunas da Terra, experiência em implementação nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo.

Concluimos estar diante das limitações explicativas de um corpo teórico que necessita apropriar-se dos significados, dos movimentos e dos desafios que estão postos para a classe trabalhadora no século XXI, o que nos tem levado a um constante exercício autocrítico. Em primeiro lugar, repensar os significados desse conceito em consonância com os *novos* sentidos do ser que trabalha, em meio às suas diferentes formas de expressão e, conseqüentemente, à malha de (des)realizações materiais e identitárias/subjetivas. Em segundo lugar,

<sup>1</sup> Cf. *Obras Escolhidas*, tomo 1.

<sup>2</sup> Cf. MARX, 1986.

refletir a ampliação do horizonte de compreensão do ser social que trabalha, do trabalho propriamente, com as atenções voltadas para a parcela dos homens e das mulheres que se inscrevem na prerrogativa da venda da força de trabalho, ou para o conjunto dos assalariados. Isto é, reivindicamos essa compreensão também para aqueles que se inserem fora desse expediente, tanto egressos da relação formal assalariada (des)realizada, quanto os que se inserem já diretamente – e em número cada vez mais crescente – distantes da prerrogativa da venda da força de trabalho, que povoam as fileiras da informalidade e vivenciam inúmeras realidades laborais, mas que expressam objetividades e identidades de classe por confrontar direta ou indiretamente com o capital. Em síntese, esses significados e registros da identidade do trabalho devem ser captados por nós, e a eles devemos vincular nosso interesse em (re)pensar os aprendizados teóricos dessa realidade do trabalho no século XXI, que ao se apresentar de *pernas para o ar*, nesse ambiente de (des)realização, pode transparecer intransponível, incompreensível etc.

Sem que isso signifique desconhecimento da teoria marxiana, ou que nos estimule a deformar o conceito de trabalho e de classe trabalhadora, ao contrário, o que se põe é acatar o desafio de apresentar ao debate a necessidade de

discutir o que está se passando no interior da classe trabalhadora, e quais os rebatimentos desse processo na organização espacial da sociedade e nas disputas territoriais.

O que estamos inserindo na discussão, motivados por nossas pesquisas e pelo movimento recente de redefinições no âmbito do mundo do trabalho é que o principal a considerarmos nesse processo são as experiências vividas e as experiências percebidas de classe (cotidianas) mediadas por instituições político-culturais (partidos de classe, sindicatos socialistas etc.), movimentos sociais que propugnam ir além da reivindicações pontuais e na dimensão do *em si*. É, pois, a partir dos seus espaços de produção e de reprodução que estamos nos propondo analisar as dimensões ontológicas (saltos) que qualificam as relações substantivas novas, que impactam na formação de sujeitos históricos conscientes. É por isso que se trata de um longo processo de reflexão teórico-metodológica, que se propõe priorizar a compreensão do sujeito enquanto sujeito que pensa e vive, e não que esteja fixado, pré-determinado às formulações vanguardistas.

Dito isso, enfatizamos que a categoria classe social não se reduz aos dados estatísticos, sendo que sua efetivação presume não apenas uma materialidade objetiva, produto da divisão social de

trabalho e o conseqüente antagonismo estrutural de interesses de classe, mas também a materialidade subjetiva ou a consciência de classe. Trata-se, portanto, de uma categoria fundamental para explicar/compreender a práxis social histórica de coletividades humanas na modernidade do capital, e com isso ser prioritária para entendermos as ações dos movimentos sociais, ao contrário do que povoou e que ainda se faz presente nas compreensões sobre as características dos Novos Movimentos Sociais (NMS) – apesar das polêmicas em torno desse assunto que não nos cabe nesse momento – como a defesa de interesses difusos<sup>3</sup>, por ocultar e até negar a prevalência do conteúdo de classe da identidade coletiva.

Como salienta Alves (2009): “Na verdade, a *consciência de classe* propriamente dita ou consciência de classe necessária” (para si), “se traduz na superação do *momento econômico-corporativo* pelo *momento ético-político*”<sup>4</sup> (p.21). Para fortalecer essa compreensão, podemos também resgatar o

posicionamento de Scherer-Warren (1987), quando indica que “as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe”. (p.34).

Num mundo cada vez mais contaminado pela perversidade do processo de reprodução do capital e pelo embaralhamento ideológico e conceitual, teremos (temos) que reconhecer, desde já, por meio das fraturas que identificam um sem número de relações vivas (desconectadas) do trabalho, a malha de significados que pode repor em questão a ruptura com a lógica do capital, em escala mundial. Em Antunes (1999), temos as pistas para vincular a economia informal à terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial, precário, desemprego estrutural. Quer dizer, é esse processo de fragmentação da classe trabalhadora em diversos segmentos que tem prejudicado o entendimento de pertencimento de classe, diante dessa realidade movediça.

Como defende Antunes (1999, p.171):

O desafio maior da classe que vive do trabalho no século XXI é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que pelas condições precárias em que se encontra constituem-se em contingentes sociais potencialmente

<sup>3</sup> Nesse particular a defesa dos aspectos culturais ou o entendimento dos discursos como expressão de práticas culturais, e com isso a eliminação da centralidade de um sujeito específico, edificou, junto ao ambiente intelectual europeu pós anos 1960, outra linha de compreensão e formulação sobre os movimentos sociais. Touraine (1977), Offe (1988) como um dos principais protagonistas dessas formulações enfatizaram a cultura, as lutas sociais cotidianas e o processo de identidade criado. Em Gohn (2007), já na sétima edição, podemos encontrar riquíssima revisão sobre o que o próprio título do livro propugna: “Teorias dos movimentos sociais”.

<sup>4</sup> Grifos no original.

rebeldes diante do capital e suas formas de (des)socialização.

É por isso que o ataque direto ao operariado e aos proletários, imanente à estratégia de dominação do capital, inscrito de forma geral, com a diminuição crescente de seu efetivo em todo o mundo, não nos autoriza a afirmar e defender que o trabalho perde centralidade, até porque a teoria do valor continua edificando o processo sociometabólico do capital e, por outro lado, não deve ser o esgarçamento das relações de trabalho estritamente assalariadas e a crescente participação da informalidade a decretar o fim do trabalho. Em outros termos, se faz parte da lógica do capital o permanente revolucionamento das forças produtivas, em algum momento desse processo, pode colocar em questão o próprio processo de acumulação. Assim, se a valorização do valor depende exatamente da exploração do trabalho vivo, humano, ao poupar trabalho de forma radical como se presencia por meio da 3ª revolução técnico-científica, este fenômeno, em consequência, estaria afetando a lei do valor pelo fato de evidenciar que o trabalho abstrato perde de forma crescente e ampliada a capacidade de ser a medida da própria acumulação de capital<sup>5</sup>.

Na verdade, somos desafiados a ampliar os horizontes de compreensão sobre a constante passagem da condição de

assalariado (operário puro e proletário) para informais, da mesma maneira que setores do campesinato, não com a perda/negação do *status* de rebeldia e de capacidade de lutar contra o capital, mas de mudança na forma, no conteúdo e nos procedimentos de reação e resistência da classe trabalhadora. Pensamos que não é propriamente com o enquadramento do trabalho à categoria de semiproletário, *lumpen*, como demarcação para continuar mantendo o distanciamento desses contingentes da composição da classe trabalhadora, assim como com a defesa de seu descentramento, porque senão nos escapará o entendimento do rico e contraditório processo de redefinição das lutas e o conteúdo da dinâmica geográfica atual do trabalho, da renovação da composição da classe trabalhadora no século XXI. Tampouco poderíamos imaginar que o fim do trabalho abstrato, constantemente atingido pelo próprio capital que o criou e que o destrói, pela via da substituição de força de trabalho por máquinas, sem que isso se processe por meio de revolução e emancipação de classe, corresponde apenas a uma manifestação da barbárie.

O retorno dos sistemas de trabalho doméstico, que se aproxima do que definimos como trabalho domiciliar e que, como imaginava Marx, seria substituído no capitalismo avançado, ao contrário, é exatamente no interior de sua

<sup>5</sup> Marx (1987), nos *Grundrisse*, aponta essa possibilidade.

recomposição na virada do século XXI, na fase da microeletrônica, que o “enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representante de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo” (HARVEY, 1992). O autor enfatiza, ainda:

Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas alternativos de trabalho podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. (1992, p.175).

Podemos afirmar que o capitalismo globalizado apresenta um movimento intenso e contraditório de integração, fragmentação, polarização, que redimensiona constantemente a diferenciação dos espaços sociais. A tensão entre integração global e rediferenciação territorial, sob as atenções de Milton Santos (1996), não deixa escapar a intenção de disciplinarização das categorias geográficas; em Brenner (1998), podemos focar as relações entre as escalas geográficas e sua contínua rearrumação e territorialização, na perspectiva da resistência e da construção de referenciais emancipatórios.

Esse exercício teórico é imprescindível e também a base para *enxergarmos* o conteúdo territorial do *tensionamento vivo* da luta de classes – e não somente suas evidências geográficas como produto do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, no qual a técnica protagoniza o processo social. Se pudéssemos tomar aspectos que ocupam lugar central nos tempos do século XXI, a explicitação do conflito (por salário, emprego, terra, controle do processo de trabalho, moradia, reforma agrária, educação, liberdade, socialismo etc.) e os seus vínculos de pertencimento de classe nos indicariam as interações espaciais e territoriais que incidem sobre a questão emancipadora para a classe trabalhadora, ou ainda, o que é precípua, o jogo das alianças políticas, o direcionamento e propósitos dos partidos políticos e demais organizações incumbidas de encaminhar as lutas.

A exaustão dos exemplos não pode ofuscar a objetividade de as atenções estarem direcionadas para esse movimento dialético de (des)realização e de (des)pertencimento, no qual buscamos as evidências da negação/afirmação do trabalho e da classe trabalhadora. Sejam trabalhadores formais (proletários, assalariados regulares, terceirizados etc.), além dos assalariados temporários (migrantes que vivenciam a condição de camponês/ produtor familiar etc.), sejam

trabalhadores informais (por conta própria, domiciliar, camelôs, ambulantes), e ainda a pluralidade de recortes (gênero, etnia etc.), o quadro plural da (re)existência do trabalho é o nosso ponto de partida.

Todo o esforço está centrado em demonstrar a dinâmica territorial do trabalho ou suas diferentes formas de expressão, com as quais nos ocupamos diretamente, bem como as constatações expressas pelas demais pesquisas, e as redefinições na composição da classe trabalhadora e na sua própria estrutura. Quer dizer, há um movimento – que comparece em várias partes deste texto sistematizador – que nos propomos compreender, para decifrar as contradições, os conteúdos e os reais significados territoriais e políticos das diferentes expressões do trabalho, mas com a indagação central em punho: quem são os sujeitos coletivos do século XXI, capazes de amalgamar e potencializar as lutas de resistência e emancipatórias, e que fazem parte da classe trabalhadora?

Essas questões e questionamentos passaram a fazer parte do nosso cotidiano em Geografia. Nesse sentido, a configuração dos territórios, as dinâmicas geográficas que lhes estão na base, o metabolismo social e suas referências espaciais, nas diferentes escalas, diante dos novos padrões de acumulação de capital, e os conflitos imanentes são componentes

imprescindíveis dos pressupostos e referenciais de pesquisa.

### **DA MISÉRIA IDEOLÓGICA À REALIDADE DO PROCESSO SOCIAL...**

É por essa via que vinculamos a crise do capital – e não somente do capitalismo – seu destrutivismo imanente, próprio da sua forma metabólica e a crise do trabalho abstrato como elementos imprescindíveis para discutirmos a centralidade do trabalho e o futuro da sociedade, o que põe em relevo que “as crises são endêmicas ao processo<sup>6</sup> capitalista de acumulação”<sup>7</sup>.

Num esforço de síntese, poderíamos recuperar os aspectos históricos mais marcantes das principais etapas do capitalismo, desde os primórdios, para nos assegurarmos de que, na época atual, o que se tem são especificidades de um processo marcadamente destrutivo. A começar pelo desenvolvimento do artesanato, da acumulação primitiva de capitais, da proletarianização de camponeses e artesãos e da instituição da fábrica, no final do século XVIII, identifica-se historicamente a primeira Revolução Industrial (1780-1820) e que, por toda sua extensão, tratou de

---

<sup>6</sup> Mas é necessário reconhecer as diferenças entre as crises cíclicas, ou crises de ondas longas de expansão, conforme o entendimento de Mandel (1985) a respeito de crise estrutural.

<sup>7</sup> Cf. HARVEY, 2005, p. 45.

edificar as referências estruturais do modo capitalista de produzir (e de produção), ou os elementos centrais de sua vertebração, sob a liderança e protagonismo da Inglaterra, que combinou poder militar e formas superiores de produção industrial.

A hegemonia na economia mundial, com a libra sustentando o padrão monetário internacional (*gold standard*), permitiu-lhe dominar isoladamente o capitalismo mundial até a primeira Guerra Mundial. Nesse período, as principais ocorrências que deram sustentação para a nova sistemática de produção foram: a propriedade privada dos meios de produção, a economia baseada na produção industrial, o trabalho assalariado e a existência de duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado. Sem contar que os papéis tinham lastro, e não eram apenas capital fictício como são primordialmente hoje, depois do fim do acordo de Bretton-Woods.

Todavia, foi no bojo da segunda Revolução Industrial, marcadamente no período entre guerras (1915-1950), que se dá a consolidação da sociedade industrial, com o avanço das descobertas científicas (invenção do motor a explosão, técnica de refino de petróleo e da química fina e o manuseio de novos produtos, como o plástico, o aço e a produção siderúrgica, e, na Física, os metais condutores, a fissão nuclear, a eletricidade etc.). Por conta disso, o aumento da escala de produção do

processo industrial passou a requerer elevados aportes de investimentos – diferentemente do momento anterior – o que exigiu “significativo movimento de centralização e de concentração de capitais, bem como a intervenção do Estado e de bancos de investimento”<sup>8</sup>.

O anúncio do fim da máquina a vapor e a intensa movimentação de iniciativas e da adoção das inovações tecnológicas no processo produtivo, como um todo, estiveram atrelados à adoção de novos preceitos da administração científica do trabalho capitaneados por Taylor, e da linha de montagem como síntese da racionalidade produtiva de Henry Ford.

O maior impacto desse novo momento, tanto espacial quanto economicamente, não extinguiu as fabriquetas e os empreendimentos de pequeno porte, porém repercutiu no processo de centralização, no tamanho das empresas, das plantas industriais e, conseqüentemente, na escala e quantidade de produção. É dessa época o marcante processo de fusões, da constituição das Sociedades Anônimas e propriedades por cotas e ações, dos monopólios, cartéis, o que imprimiu novas características ao modo de produzir, tendo à frente a liderança dos EUA. Isso se deu sob rígida referência de um padrão diferencial de desenvolvimento social e econômico entre

---

<sup>8</sup> Cf. POCHMANN, 2001, p. 20.



as nações<sup>9</sup>, daí as expressões *fordismo*, *fordismo periférico*, *sociedade salarial incompleta*, com o apoio explícito das agências multilaterais e de fomento do capitalismo, em nível mundial: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), GATT, depois Organização Mundial do Comércio (OMC). Nessa fase, tem-se, aliada à estruturação da *máquina social de produção*, a conciliação de novas atribuições ao Estado burguês (keynesiano), a passagem para a fase monopolista do capitalismo e a materialização do imperialismo, a consolidação da sociedade salarial e o controle dos trabalhadores.

Com o aprofundamento da concorrência intercapitalista, já no final dos anos 1960 e início dos 70, constatavam-se, no centro do sistema, algumas mudanças de rota dos referenciais que se ergueram após a Segunda Guerra. O produtivismo da sociedade burguesa alcançou seu limite, porque ao mesmo tempo em que as novas bases tecnológicas ampliaram a produção – a ponto de estarmos imersos em meio a uma crise de superprodução – isso não requereu o emprego de novos braços humanos.

Mesmo que o comando da nova Divisão Internacional do Trabalho já revelasse sua dimensão financeira, essa via

se consolidou consorciando, de um lado, a reestruturação produtiva do capital, à base de uma nova revolução tecnológica (informática, microeletrônica e tecnologia de informação – TI), o que apressou e tem intensificado o papel das grandes corporações transnacionais, pela via do aprofundamento da concorrência intercapitalista. Paralelamente, precarizou ainda mais o trabalho, que se apresenta de muitas formas e tem crescido em uma proporção mais ou menos direta com a redução das formas de trabalho consideradas “estáveis”.

A complexidade desse processo retém em si o fato de que o capital financeiro “não deu uma rasteira” no capital produtivo, tal como poderíamos caricaturar, por meio de uma foto de Antonio Ermírio aos prantos, ao lado de uma foto de Lázaro Brandão rindo à toa, pois ambos são irmãos siameses – ou um não pode viver sem o outro. Sem contar a *miséria ideológica* que empobrece a compreensão das contradições centrais do processo social engendrado pelo capital para todo o tecido social.

Podemos afirmar que a denominação usual nos meios de comunicação de *Revolução Informacional*, para caracterizar esse período recente em que as técnicas fazem valer modificações e rearranjos de grande profundidade no tecido social, é ao mesmo tempo poupadora de trabalho, de tempo de produção e maximizadora da

<sup>9</sup> A esse respeito, Pochmann (2001) utiliza a classificação de países periféricos, países semiperiféricos e países do centro do sistema.

produtividade, sendo que isso faz toda a diferença, quando são apropriadas unilateralmente pelo capital.

Esses desdobramentos nos interessam diretamente, nas suas diferentes expressões, seja pela via do espalhamento espacial da planta fabril seguida de maior capacidade de produção, sem que isso esteja acompanhado de número proporcional de operários, ao contrário, elas podem incrementar momentos de produção em diversas unidades, em diferentes regiões, seja pela vivência no setor de serviços, na constante migração entre diferentes atividades laborativas, à base de intensa informalização, e o extremo da despossessão. Seja também na mobilidade forçada de trabalhadores dos campos para as cidades e a perda do acesso a terra, como evidência da desterritorialização de milhões de homens e de mulheres que perdem seu sustento e da família, engrossando as fileiras dos famintos. Para aqueles que resistiram a esse processo de proletarianização e foram construir o território da (re)existência em outros lugares, na qualidade de camponeses, reservou-se o protagonismo e a marca da continuidade das lutas e da manutenção da reforma agrária nas pautas políticas.

Não obstante, ir para a cidade não necessariamente piora a vida das pessoas, mas, nas condições que predominaram no Brasil, as evidências e os dados censitários

(Censos Demográficos do IBGE) e os estudos específicos sobre esse processo indicam a um só tempo a brutalidade do processo de industrialização, que, ao se dinamizar nos campos, rompeu em definitivo para número significativo de camponeses e trabalhadores os vínculos com a terra, os quais, ao migrarem para as cidades, conheceram as mesmas marcas da piora das condições de vida.

Há ainda o fato de que parte dos descontentes e remanescentes da exclusão do mercado de trabalho urbano migra ou retorna para a terra, ocupa áreas, aumentando o contingente de envolvidos na luta pela terra. Nesse amplo campo de externalizações do trabalho, cabem *novas* formas de exploração, sempre renovadas pelo incremento real mês a mês, ano a ano, inclusive com as hordas de desempregados que compõem o desemprego estrutural.

Os trabalhadores especializados/desqualificados do *fordismo*, que, durante décadas ocuparam a cena, foram sendo substituídos pelos trabalhadores *completos*, não mais os artesãos do capitalismo da Primeira Guerra. Se o *novum* nos remetia (remete) ao toyotismo e, mesmo diante das dificuldades de apurar definição precisa<sup>10</sup>, especialmente pelo fato de se desenvolver a partir de uma nova base técnica do

---

<sup>10</sup> Oliveira (2004), autora de estudo inédito e referencial sobre o assunto, no Brasil, também reconhece a dificuldade em definir toyotismo, mas oferece indicações que nos ajudaram a estruturar nossas compreensões sobre o tema.

sistema do capital – e isso é demarcatório, do ponto de vista histórico – não podemos nos esquecer de que, no bojo da 3ª revolução científico-tecnológica, que começou a dar os primeiros passos após a Segunda-Guerra e só se manifestou nas décadas de 1970-80, tem-se a (re)criação de um *novo* trabalhador, com novas qualificações e natureza multifuncional (polivalente).

É oportuno recuperar a defesa intransigente de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, da emancipação da classe trabalhadora. Não é o caso de polemizar, tampouco de ampliar esse debate, mas de qualificá-lo para vincular teoricamente o quadro de barbárie e destrutivismo que se reserva aos trabalhadores no capitalismo. Da mesma maneira que, para Marx e Engels, barbárie não estava associada à regressão a um passado tribal, Rosa Luxemburgo<sup>11</sup> enfatiza o fato de que se trata de uma barbárie eminentemente moderna, da qual a Primeira Guerra Mundial oferece um exemplo, muito mais cruel, em sua “desumanidade assassina, que as práticas guerreiras dos conquistadores ‘bárbaros’ do fim do Império Romano”<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Cf. LUXEMBURGO (s/d)

<sup>12</sup> Poderíamos atualizar essa afirmação com a análise de Mészáros (2007), quando pondera que a situação, hoje, é qualitativamente diferente, com a qual a formulação de Rosa Luxemburgo, em “A crise da Social Democracia” *socialismo ou barbárie*, adquire urgência dramática. Também podemos reforçá-la com alguns excertos de Ernest

Poderíamos recorrer, ainda, a Chesnais (1996), pois, ao rejeitar qualquer tentativa de retorno ao *socialismo real*, “destruidor de homens, destruidor de esperanças e de razões de lutar”, sugere que “é difícil ver como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital” (1996, p.321).

A resposta é deixada a cargo dos movimentos de trabalhadores que lutam em defesa das conquistas sociais ainda vigentes. Chesnais (1996) adianta sobre o conteúdo dessa luta, salientando que, depois de rejeitar a escala temporal, o sistema do capital continuou a se afirmar pela via da *destruição produtiva*<sup>13</sup>. Segundo o autor, não existem rotas conciliatórias de fuga, nem saídas pela “terceira via”. Contudo, para os apologetas do sistema, toda busca para restabelecer a ordem e o processo de acumulação é condição para o homem buscar equilíbrio de suas relações para o desenvolvimento social<sup>14</sup>. Fica omissa a circunstância de o processo social e metabólico do capital estar assentado, pois, em outro formato: produção destrutiva, que defende Mészáros (2002, 2004, 2007), de forma amadurecida e profunda. Como componente intrínseco da natureza humana, o capitalismo estaria sempre em expansão, superando a

Mandel, quando defende que a escolha da humanidade para o século XXI não é mais, como em 1915, *socialismo ou barbárie*, mas *socialismo ou morte*.

<sup>13</sup> Cf. MÉSZÁROS, 2002.

<sup>14</sup> Cf. SMITH, 1988.

alternância periódica das conjunturas e das crises, o que, conforme Luxemburgo (1976), constitui feição específica do modo de produção capitalista, mas não o movimento em si, removendo resistências, derrubando barreiras e ultrapassando fronteiras, tudo pelo desenvolvimento econômico e social e pela manutenção e garantia da “harmonia” que o mercado pressupõe.

A esse respeito, Mészáros (2007) é taxativo, quando argumenta que tem forte peso na opinião pública em geral a “crença de que o ‘mercado’, uma vez plenamente ‘globalizado’, suprimirá para sempre os antagonismos arraigados e as desigualdades em última instância explosivos da ordem estabelecida do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p.332).

Nesses casos, também é comum a pulsação que parte daqueles que, sem antes se proporem o debate e a autocrítica, blindam ou até restringem as contribuições dos autores/pesquisadores/ensaístas e suas filiações ideológicas somente a determinados temas e assuntos, sendo que, fora desse campo demarcatório, a reação indica haver reducionismos, confusões, deformações, fundição entre reforma ou revolução e tantas outras acusações.

A título de exemplo, há uma blindagem às ponderações que põem em questão a atualidade e complexidade de os antagonismos não serem os mesmos da época de Marx, entre burguesia e

proletariado e, portanto, com pouca capacidade explicativa da realidade do trabalho do século XXI. Ou ainda, as contradições de hoje, do século XXI, nos remetem à ebulição que povoa o universo do trabalho, ou as diferentes formas de expressão do trabalho, que expressam os novos conteúdos das contradições do capital, e com ele se antagonizam.

Outro caso ilustrativo é a delimitação prévia que argui e define não haver a menor possibilidade, por exemplo, de se utilizar as teses defendidas por Antunes, Mészáros, Alves, Francisco de Oliveira, para se entender o movimento da sociedade como um todo, porque esses autores não dão conta das relações não capitalistas, ou seja, não focam o campesinato. Ou, ainda, para aqueles que desconfiam/negam/resistem à possibilidade/necessidade de entender as diferentes formas de materialização do trabalho (no campo e na cidade), a plasticidade que se instala nessas duas dimensões da lavra humana e que constantemente rompe com as predefinições (engessamento) da divisão técnica do trabalho<sup>15</sup> e as diversas modalidades jurídicas e ocupacionais do trabalho. Enfim, ocorre, via de regra, a

---

<sup>15</sup> Aqui é importante deixar claro que a divisão do trabalho, por exemplo, na manufatura, é uma divisão técnica ou divisão do trabalho, e a divisão social do trabalho ou divisão do trabalho na sociedade – quem tem e quem não tem os meios de produção uma divisão da produção (SÁNCHEZ, 1992).

suspeita iminente se há uma teoria ou um instrumental teórico capaz de explicar essa totalidade social. Antes de qualquer tentativa ou busca de apoio e interlocução, mantém-se a rigidez interpretativa que se cerca das fragmentações do trabalho e de todos os fetiches da divisão técnica, tais quais expressam as contradições do próprio capital. Não obstante, o eco desse posicionamento rebate não somente no debate intelectual, mas também sindical, político, partidário etc.

Da mesma forma que qualquer tentativa de ocupar argumentos dos mesmos autores para singularidades e aspectos que possam ser úteis para o entendimento desse segmento social, na contemporaneidade, é sumariamente *condenada*. Equívocos, incompreensões e confusões podem acontecer, mas não é disso que nos ocupamos.

É claro que tamanha camisa de força não admite o menor questionamento, o estabelecimento do diálogo e do debate teórico, tampouco sua estreiteza permite sequer a manifestação de indignação seja recebida/acatada. Isso não quer dizer que não devemos ficar atentos às opções que cada autor decide ou defende, ao longo de sua trajetória.

Mas isso não quer dizer que uma única teoria, ou autor, será capaz de compreender/explicar essa complexa trama de relações e fornecer instrumentos analíticos, recursos organizativos e de

transformação. Todavia, não se trata de apostar num *mix* teórico, mas de reconhecer as limitações dos referenciais explicativos diante do universo do trabalho, no qual convivem, *pari passu*, formas essencialmente capitalistas de trabalho (assalariado típico, formas mais precarizadas, tais como as diferentes formulações da informalidade, as formas temporárias, para nos referirmos aos *part-time-workers*, *temporary-workers*, *casual-workers*, vinculados à formulação fundante de Huw Beynon, de “hyphenated workers”, ou trabalhadores hifenizados<sup>16</sup>. Da mesma maneira que o teletrabalho, as expressões da terceirização, formas não capitalistas, como o camponês, toda a plêiade da informalidade, trabalho autônomo, domiciliar etc.

Por outro lado, não devemos deixar de registrar que comparece em cena, de forma velada ou não, o desinteresse por esse assunto e a conseqüente transferência de responsabilidade, sob o argumento de que, em não havendo possibilidade de responder ou contemplar os cuidados (objeções) e intransponibilidades teóricas, que não se *ultrapasse o sinal*. Ou seja, colocar em questão os limites da teoria (das classes

---

<sup>16</sup> Beynon (1997), em *As práticas do trabalho em mutação*, particularmente no item “A ascensão do trabalhador hifenizado”, oferece contribuições certas para compreendermos as faces plurais da intensificação da precarização do trabalho, sob o reino da reestruturação produtiva. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

sociais), as barreiras que dificultam os debates, a necessária reelaboração conceitual e, mais ainda, as intenções de avançar e transpor os esquemas explicativos conhecidos, pode não ter acolhimento seguro.

Não obstante, não se pode renunciar à coerência teórica e rigidez metodológica, mas, com as atenções voltadas para os desafios postos para a maioria dos homens e das mulheres, diante do destrutivismo desenfreado do capital e a iminência da emancipação da classe trabalhadora, temos também que colocar em questão outras habilidades, que não só aquelas que nos têm permitido resguardar os princípios e os valores intelectuais.

Para tanto, nós nos dispomos a associar os reais significados da incontornabilidade do capital e o fato de que a sociedade só pode se transformar pela via da luta de classes, o que exige de nós atenções para a atualidade do tecido social do trabalho, intensamente fragmentado. É por esse caminho que nos propomos identificar as diferentes formas que expressam a resistência ao capital, todavia não mais restrita aos parâmetros do assalariado tradicional, ou do operário taylorista/fordista, mas extensiva às demais formas de explicitação do trabalho, e também não apenas restritos ao “chão de fábrica”, que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude. A respeito das sociabilidades

que não se restringem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim território de vida, da própria existência, o que significa então, ao perdê-la perde-se juntamente a possibilidade da existência.

É por isso que somente a pesquisa nos possibilita demarcar essas preocupações e revelar por meio da autocrítica, pública, que as dificuldades de compreensão desse processo nos tem dificultado apreender as especificidades do ser social que trabalha em diferentes formas laborativas e constrói visões/compreensões de mundo, quase sempre, relegadas pelos sindicatos, pelos partidos, pelos intelectuais etc. O que indicamos por teoria espacial do trabalho não será produto de definições *apriorísticas* ou axiomas, mas sim da nossa capacidade de apreender os desafios e tensionamentos que estão colocados no interior da dinâmica geográfica do trabalho a luta de classes.

É por isso que a centralidade do trabalho não deve estar distante da busca que empreendemos para compreender a identidade de classe do trabalho, especialmente com base no enunciado que estabelecemos, ao vincularmos reforma agrária, soberania alimentar, identidade de classe e os desdobramentos para a

unificação orgânica do trabalho. Estamos pensando na direção do que Mézáros posteriormente sintetizou, em visita à Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>17</sup>, como aliança substantiva, não formal, muito bem recebida pelos dirigentes e lideranças do MST e demais movimentos sociais vinculados à Via Campesina e outras agremiações sindicais e políticas.

É nesse embate que estamos sintonizando os enunciados mais gerais da classe trabalhadora às bandeiras da reforma agrária e da soberania alimentar, nos marcos da relação campo↔cidade, ou melhor, na relação dialética que seu conteúdo expressa nos diferentes formatos rurais e urbanos que englobam a sociedade e os trabalhadores.

Nesta fase de mundialização do capital, a necessidade da alimentação requer que pensemos de forma articulada o sistema produtivo dos alimentos e, desse modo, no esquema, na organização e na estrutura de produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos, e em abastecer os mercados consumidores próximos às áreas de produção.

O modelo de dominação do capital visto pela comercialização de alimentos no mercado mundial influi muito negativamente no que diz respeito à

estrutura produtiva familiar camponesa, sendo que a isso se liga a práxis difundida pelas transnacionais agro-químico-alimentar e financeiras, de que a produção agropecuária tem que servir ao(s) mercado(s). Essa afirmação, ao encimar-se num fetiche, obscurece as contradições fundantes do metabolismo social.

A dimensão territorial desse processo, por meio da área plantada, expressa as contradições da dinâmica da produção de alimentos massificada e voltada para o mercado externo. Entretanto a materialização espacial dessas relações e a proporção do território que materializa as formas de uso da terra indicam o comprometimento das terras, no século XXI, base, aliás, dos conflitos de classe sediados em torno da questão agrária, no Brasil. Os desdobramentos sociais, econômicos, políticos, territoriais e ambientais evidenciam significativa amplitude, a começar pela intensificação dos problemas já conhecidos antes do *boom* e que, daqui para frente, a continuar a ofensiva do capital e dos governantes, que falam em nome desse projeto de sociedade amparado nas grandes estruturas de produção, nas monoculturas, nos monopólios e nas desigualdades sociais, a intensidade da expansão da *cultura* da cana-deaçúcar – fundada nas grandes extensões de terra e na monocultura – bem como a conversão de alimentos para a produção de combustíveis para carros de passeio,

<sup>17</sup> Essa visita ocorreu em novembro de 2007.

somente vão consolidar outra *cultura*, a do consumismo.

Trata-se, então, de uma *cultura* marcadamente destrutiva, ou expressão acabada da *produção destrutiva do capital*, à qual se vincula o destacado dinamismo da economia, do ponto de vista do capital, expressamente ao modo produtor de mercadorias, sob as expensas de a produção de alimentos estar ainda mais ameaçada, sem que notadamente o problema central esteja na oferta, mas sim na capacidade de consumo das populações empobrecidas. Enquanto as *commodities* despontam, os produtos alimentícios, no caso do Brasil, os quais compõem a cesta básica, como o arroz e o feijão, expressam patamares estáveis e em descenso.

Por mais que seja direto ou indireto ou ainda sutil o peso de determinação do mercado para a sociedade, não podemos ignorar que a impossibilidade de solucionar a dependência, a subordinação e opressão do campesinato, sob o jugo do capital, não elimina a resistência e o desejo emancipatório, ao contrário, os pressupõe, pois “sem um movimento capaz de impor a política social, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que ‘civilizou’ a economia de mercado”<sup>18</sup>, hegemônica e controlada pelo capital, é certo, seu significado é histórico, portanto não definitivo.

---

<sup>18</sup> Cf. BOURDIEU, 2001, p.19.

Para complementar essa ideia, tomamos o quadro social e político que é negligenciado, esquecido, omitido e que abriga os bilhões de homens e mulheres que continuam à margem da classe trabalhadora, mas que, de fato, estão se envolvendo nas lutas, nos confrontos. Em particular nos últimos cinco anos, com as mudanças macro-estruturais no formato produtivo das matérias-primas de origem agropecuárias, em nível planetário, na agroindustrialização e na circulação/distribuição dos cereais nobres (soja, milho) nas mãos de seletos grupos de transnacionais, os quais também fazem parte da equação da produção de biodiesel, e isso está alimentando a voracidade inflacionária no setor de alimentos à casa de 50%<sup>19</sup>, quando se considera a realidade de 2007 para 2008, e fazendo da fome a principal chaga da humanidade em pleno século XXI. A fragilidade do tecido social é tamanha que somente a disparada dos preços dos alimentos no mundo, de 2007 para 2008, aumentou em 75 milhões o número de famintos, os quais totalizam 925 milhões de pessoas, segundo depoimento do diretor da FAO<sup>20</sup>. O executivo acrescentou que será preciso

---

<sup>19</sup> Informações fornecidas no *site* da ONU: [www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br).

<sup>20</sup> Depoimento de Jacques Diouf, feito por meio de entrevista coletiva, em Roma, no dia 17 de setembro de 2008, e noticiado pela imprensa internacional.



investir U\$30 bilhões por ano<sup>21</sup> para duplicar a produção de alimentos e acabar com a fome, apesar de que a questão central não é a falta de alimentos em si, mas a falta de renda e de recursos para aquisição por parte dos famintos.

O medo que setores importantes da burguesia e do grande capital têm manifestado publicamente está fundamentado nos estrangulamentos das contradições sociais, expressos criminosamente pela quantidade crescente de famintos e das mobilizações que “pipocam” por vários cantos do planeta (Haiti, Egito, Filipinas, Brasil, Nicarágua, México, Índia). Se não bastasse o cinismo da afirmação de que “é necessário barrar a imoralidade da produção de biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos”, qualquer pessoa desavisada poderia ser ludibriada. Nesse depoimento, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn<sup>22</sup>, expõe as fissuras e disputas internas aos setores dominantes, mas que, por contarem com o apoio e sustentação política em nível internacional, dos grandes conglomerados transnacionais e dos Estados, que, apesar de manifestarem interesses setoriais – como o Brasil, que reivindica o fim dos

subsídios – defendem nichos de mercado e não propriamente ações concretas que garantam acesso aos alimentos para as populações pobres e empobrecidas. É o caso recorrente que envolve o Estado brasileiro em defesa da inserção dos agrocombustíveis produzidos por ele próprio e por países europeus, sem barreiras econômicas, fitossanitárias etc., sendo, pois, esse expediente valioso instrumento para combater a alta dos preços dos alimentos.

Essas ações, segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim<sup>23</sup>, seriam a melhor demonstração, por parte do FMI, de garantir renda interna, para que não se tenha a situação da fome agravada no país, sendo que a *imoralidade* da produção de agrocombustíveis, não se aplica ao Brasil, porque a produção de álcool etílico não ameaça a produção de alimentos. Mas aqui reside um engodo, pois, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do planeta, a expansão dos agrocombustíveis anunciará a redução da área plantada e da produção propriamente dita de alimentos. Começamos pelo exemplo norte-americano de expandir a área de plantio de milho para a produção de metanol, o que em dois anos, desde 2006, já foi capaz de mexer estruturalmente com a redução dos estoques internacionais e a consequente elevação dos preços dessa *commodity* e de

<sup>21</sup> Segundo especialistas, esse valor é modesto, se comparado aos U\$375 bilhões desembolsados pelos países membros da OCDE em incentivo à agricultura e aos U\$1,2 trilhão, com armamentos, em 2006.

<sup>22</sup> Cf. O IMPARCIAL, 19/04/2008, p.5A.

<sup>23</sup> Entrevista “Amorim rebate críticas do FMI à produção”, publicada em *O Estado de S. Paulo*, 17/04/2008, p. 7.

outros que a ela se vinculam para dar movimento à ciranda especulativa tão desejada pelos *players*<sup>24</sup> das transnacionais que atuam nas Bolsas de mercadorias, espalhadas pelo mundo.

No Brasil, os estragos são também evidentes, apesar de mascarados pelo próprio presidente da República, como os efeitos do expansionismo da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Nossos estudos estão sinalizando que a maior parte das terras férteis agricultáveis estão sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, sendo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de destaque, não somente em São Paulo, mas nas porções do território objeto da expansão recente ou que se consolidam nesse circuito, tais como Mato Grosso do Sul, Triângulo

Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná, o que denominamos de *Polígono do Agronegócio* no Brasil. Os efeitos podem ser sentidos na retração das áreas de produção de alimentos, a começar pelo feijão, arroz e a produção de leite. Esse processo também se constata no Pontal do Paranapanema<sup>25</sup>, exceto para o feijão, devido à expectativa de continuidade da alta dos preços.

Entretanto, não poderíamos deixar de observar que não se trata de uma tomada de posição contrária à produção de etanol pura e simplesmente, até porque compartilhamos com os movimentos sociais populares em nível internacional (ambientalista/ecológico, sindical), das bandeiras que empunham há décadas em defesa das alternativas renováveis de fontes energéticas. A substituição das fontes de energia não renováveis (petróleo, gás natural, carvão mineral, atômica) tinha como motivação apostar num outro modelo de organização da sociedade,

---

<sup>24</sup> Essa expressão tem sido utilizada com frequência pelos altos funcionários das grandes empresas do setor agro-químico-alimentar-financeiro, para designar as ações dos agentes que atuam no mercado nacional e internacional, no âmbito especulativo de cereais. No Brasil, nos últimos 12 meses, a esse respeito, podemos lembrar as preocupações do Sindicato das Indústrias dos Produtos Avícolas do Estado do Paraná (SINDIAVIPAR), que definiu, dentre um conjunto de ações para reverter o quadro de escassez do grão no mercado interno – o que está abalando a cadeia produtiva de carne no país, tendo em vista que o grão é o principal insumo para a ração animal de aves e suínos –, manter um canal de comunicação constante com *players* à escala mundial, para equilibrar o negócio do milho, centralizar a compra do cereal e, dessa forma, criar certo mercado regulador de milho. Para mais detalhes, ver: “Avicultura paranaense define pacote de ações para superar crise do milho”. *Notícias Agrícolas*, Disponível em: [www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=26259](http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=26259). Acesso em: 30 nov. 2007.

---

<sup>25</sup> Por meio das informações disponibilizadas para os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR)/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), é possível considerarmos esse recorte territorial, para fazermos aproximações e deduzirmos, então, que a estimativa de produção de feijão é 110% maior do que o anunciado em dezembro de 2007. O mesmo não acontece com os demais grãos, pois apresentam expectativa, no mesmo período (novembro de 2007 a março de 2008), de 30% de quebra. O feijão dispara dos demais cereais, por conta da situação atípica que o produto atravessa desde o segundo semestre de 2007, com sucessivas altas. Já a queda para os demais produtos deve-se ao aumento dos custos dos insumos e à ausência de apoio público condizente com a estrutura camponesa.

calçado na sustentabilidade ambiental/social da produção/fornecimento de energia, em bases sociais e organizativas, que pudessem responder ao bem-estar de produtores e consumidores. Mas, diante de mais essa *tomada de assalto* do grande capital das ideias originais dos grupos e setores sociais que reivindicavam autonomia e esquema político e econômico sustentável para a produção de energia, o que se tem é a hegemonização desse tema, pelos interesses dos grandes conglomerados empresariais oligopolistas que subverteram o ideário inicial, a partir do momento que fizeram valer seus interesses econômicos de controlar a produção/distribuição/circulação de energia e, conseqüentemente, usufruir de mais uma possibilidade para a maximização dos seus lucros.

É nesse turbilhão que o abandono dos fundamentos conservacionistas, a garantia da “socioética biodiversidade” e a participação social plena na formulação/execução de “estratégias públicas para obtenção de alternativas de energia renovável, em especial a partir de biomassa”, são radicalmente modificados e travestidos, e se tem a prevalência do modelo concentracionista e destrutivo do capital, renovado nos anos 1990, sob o império neoliberal. Esse intento está se viabilizando por dois caminhos bem definidos. O primeiro, por meio de campanhas publicitárias e com o apoio dos seus apaniguados de toda sorte (políticos

em geral, chefes de Estado e de governo, sindicalistas, pesquisadores etc.). O segundo se soma ao primeiro e se enraíza nas políticas públicas que aceitam e internalizam as pressões do grande capital, dos produtores de soja, para garantir privilégios, mesmo se sabendo que, comparativamente ao dendê e outras oleaginosas, é de baixo rendimento, mas é do seu processamento que se produz 80% do agrodiesel, tão defendido pelo capital como alternativa renovável e sustentável, ficando 15% para gordura animal e o restante para outros óleos (CARVALHO, 2008, p.1-2).

Em 2007, o Brasil produziu 843 milhões de litros de biodiesel e, para atender a determinação dos 3% a serem adicionados ao óleo diesel, a partir de julho de 2008, serão necessários que as 52 plantas processadoras produzam 1,2 bilhão de litros e, seguindo as expectativas anunciadas pela CONAB<sup>26</sup>, a produção deverá atingir 4,0 bilhões de litros até 2011, o que fortalecerá ainda mais a expansão da monocultura da soja.

Em decorrência, ao mesmo tempo em que o capital impõe mudanças na matriz energética dos países para prevalecer seus interesses econômicos, estratégicos, logísticos, o faz através de princípios

---

<sup>26</sup> Cf. CONAB, menu do agronegócio. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=115>> Acesso em: 26 abr. 2008.

excludentes, amplificando em demasia as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, de terra, de renda e de poder. As variações de lugar para lugar, na adoção/sofisticação de formas regressivas, nas relações de trabalho, na subordinação de camponeses e médios produtores à sistemática oligopólica, evidenciam toda a indiferença do capital com o meio ambiente, por meio das práticas destrutivas e degradantes que, juntos, impactam profundamente nas formas de uso/exploração do território.

Dessa forma, não se trata de utilizar argumentos extemporâneos, já que a essência do problema não é a produção propriamente dita dos agrocombustíveis, ou em particular, do etanol, mas os expedientes, o formato e a estrutura da produção, e o conteúdo do projeto social lhe dá fundamento para estarem assentadas em grandes extensões de terra, na exploração do trabalho, e totalmente desatrelada de um programa nacional e sustentável de produção de alimentos, edificado nas unidades de produção familiar e enraizado nos referenciais da soberania alimentar dos povos.

É, então, na seara da Via Campesina que a bandeira da soberania alimentar<sup>27</sup>

comparece como par necessário para somar forças junto à luta pela reforma agrária e autonomia dos povos e dos trabalhadores em geral, para decidirem seus projetos de sociedade. Essa *transposição* das fragmentações imperantes no tecido social, por meio dessa associação, nos põe a refletir tanto sobre o alcance da bandeira e das lutas políticas específicas empreendidas, num primeiro momento, pelos camponeses, produtores de alimentos, quanto acerca do eco desse chamamento para a sociedade em geral e, em particular, para o conjunto dos trabalhadores.

### **PRÁXIS TEÓRICO-POLÍTICA NO TERRITÓRIO DA LUTA DE CLASSES**

Dá ser necessário que compreendamos as dimensões do trabalho, nos campos e nas cidades, e suas diferentes formas de explicitação laboral, conteúdos sociais e dinâmicas geográficas, com particular atenção para as ações coletivas, para os movimentos sociais. É por isso que se erguem desafios importantes para as pesquisas, quando se põem em relevo os

---

<sup>27</sup> Os registros indicam que Soberania Alimentar foi uma formulação originária dos embates patrocinados pela Via Campesina, desde 1996, momento em que se discutiam novas alternativas para a produção de alimentos, num ambiente marcado pela fome e pobreza extremas. A partir desse momento,

---

encontramos publicações e documentos oriundos de reuniões políticas e de eventos, que já têm a participação de ONGs, organizações dos movimentos sociais e alguns documentos oficiais de instituições públicas, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

elementos que compõem a subjetividade do trabalho ou sua forma de ser, no âmbito da luta de classes.

Desde os significados da condição proletária, do sentir-se proletário e dos desafios que tanto podem abalar o trabalhador quando vivencia a despossessão ou formas desrealizadas, já na informalidade, quanto a negação de ser operário estar ideológica e politicamente vinculada à sua emancipação de classe, ou à afirmação de outra realidade metabólica, para além do capital.

É importante que atentemos para o fato de que deixar de ser operário (negação do ser operário) pela via da emancipação de classe e, portanto, a afirmação de um ser livre e liberto do capital, é muito diferente quando se tem a condição de não ser mais operário, pela via perversa da (des)realização e da dessocialização do trabalho. Nessa condição, pois, o trabalhador vivencia exemplos diferenciados no quadro da informalização, que em alguns casos pode até reservar-lhe experiências de autonomia, todavia restritas às alternativas de sobrevivência e não enquanto emancipação. De modo análogo à ética camponesa, na qual terra, trabalho e família são valores que figuram não somente no universo moral, mas também como nucleadores dos princípios da hierarquia interna da família e da organização política dos trabalhadores, com desdobramentos na militância e

participação na construção de projetos coletivos, tais como ocupações de terra, com o objetivo de forçar ações e políticas públicas para a reforma agrária.

Não obstante, esses elementos juntos compõem uma ordem moral de forte determinação religiosa<sup>28</sup>, que deve ser apreendida na sua profundidade histórica e dimensão geográfica atual, por exemplo, no interior dos assentamentos, nas formas específicas de organização das famílias, no lote, e, o que é essencial, no posicionamento no ambiente da luta de classes.

Não é, portanto, por fora das sociabilidades do trabalho que situamos as questões imanentes à condição humana, que, por sua vez, se fazem presentes nas instâncias de organização (sindicatos, centrais, cooperativas, associações, partidos políticos) e dos movimentos sociais em geral, tais como: personalismos, individualismo, inveja, ambição, vingança, violência doméstica e/ou de gênero etc. Não bastaria somente atribuímos esses “atributos” ao estranhamento e nos livrarmos das explicações embaraçosas e comprometedoras das nossas vinculações ideológicas, a ponto de não admitir que também no âmbito das organizações de esquerda existam práticas que as identifiquem à filigrana ou registrem os *males mundanos*.

---

<sup>28</sup> Cf. MARTINS, 1981.

Em Bourdieu (2001), esse assunto está inscrito na sua leitura das relações sociais, que, além disso, está incluído no sistema socialmente constituído de disposições, aptidões, inclinações, talentos etc., e que vão compor hábitos e posturas. É o processo de socialização que dá significado e amplitude aos *habitus de classe*, reproduzindo ao mesmo tempo a classe enquanto grupo que compartilha os mesmos *habitus*. Esse autor sugere também que o gosto, de cada um, pode ser um marcador de classe e que o consumo de bens culturais, consciente ou não, preenche uma função social de legitimar diferenças sociais. Com abrangência para diferentes esferas da vida social, pela via do *habitus de classe* se produz a filiação de classe dos indivíduos, que tanto pode separar como unir as pessoas e, conseqüentemente, forjar solidariedades.

De mais a mais, não propomos tergiversar dos referenciais adotados, para tanto a dimensão ontológica do trabalho e suas implicações para a noção de classe trabalhadora devem valer para não dissociarmos a materialidade da subjetividade, portanto, não é somente a face econômica do fenômeno que deve ser considerada.

Haveremos então de enxergar a plasticidade do trabalho, expressa nesse processo, e as suas especificidades simbólicas e subjetivas, para que possamos entender a riqueza dos conteúdos sociais

da classe trabalhadora, não apenas do campesinato que se mantém enraizado ao modo de vida e de trabalho da família camponesa, do trabalhador egresso das experiências proletárias (operário urbano e rural), como também dos operários que não desnudaram integralmente os valores da *campesinidade*, porém, que foram subsumidos ao estilo de vida, às subjetividades respectivas e às determinações fetichizadas do mundo operário/proletário<sup>29</sup>, vinculado ao núcleo central da produção de mercadorias e de extração de mais-valia. Haveria várias outras combinações com gradações também diferenciadas a serem apuradas.

A expressão *trabalho mutante*, mais do que uma marca ou identidade metafórica de indicar mudanças de forma e transformações de significados, reserva-nos a noção de processo, de vir a ser e de requerer nossas atenções para um movimento que não se encerra apenas no formato acabado de uma dada situação social, ou forma de ser do trabalho, senão na contínua marcha dos territórios em disputa, no epicentro da luta de classes.

Nesse sentido, não desconsideramos o conjunto das ações dos trabalhadores que estão diretamente envolvidos na luta pela sobrevivência, pelo emprego, pela diminuição da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, pela moradia, pelo direito de montar barracas nas ruas, nos casos dos

---

<sup>29</sup> Cf. RANIERI, 2001.

camelôs e ambulantes, pela terra e pela reforma agrária, em marcha no Brasil. Esses expedientes rompem com os limites predefinidos dos recortes da divisão técnica do trabalho, das fronteiras teóricas e políticas do que se concebe por trabalho (por exemplo: urbano, rural), de sorte que estaríamos negligenciando/ignorando as novas relações sociais que desafiam as hierarquias e procedimentos de subordinação e sujeição do trabalho, não restritas, todavia, à esfera econômica.

Nessa medida, o acesso a terra pelas famílias trabalhadoras, em nosso país, não deve ser tomado somente como uma alternativa para resolver os problemas dos pobres, dos marginalizados, dos desempregados e dos miseráveis. Assim, a luta por emprego, por terra, reforma agrária, amalgamada pela soberania alimentar, não deve ser entendida como um fenômeno local – apesar de sê-lo, também – ou restrita territorialmente, porém como algo que nos permita compreender e explicitar os vínculos espaciais com as demais expressões do conflito capital x trabalho e da luta de classes. Por esse caminho, podemos qualificar a expressiva luta dos trabalhadores e trabalhadoras que estão se confrontando indireta e diretamente com os setores hegemônicos e colocando em questão o poder de classe do latifúndio, do capital e das diferentes frações da burguesia.

A práxis que acreditamos ser o procedimento mais correto para apreendermos esse movimento e as mediações que o redefinem, constantemente, constituem também o recurso para compreendermos as mutações internamente ao universo do trabalho. Mais do que isso, até captarmos a plasticidade existente entre as diferentes formas geográficas, que nada mais expressam do que as formas de externalização do trabalho.

Esse debate vai nos possibilitar discutir a contemporaneidade da divisão social/territorial do trabalho, mediante o processo do metabolismo social do capital e em essência a composição das classes sociais. Assim, o quadro social que se nos apresenta, rico em contradições e externalizações do ser que trabalha, requer nossas atenções às obras clássicas, mas, também, que foquemos o fenômeno do trabalho no contexto histórico, ou seja, que o situemos no âmbito da diferenciação social, na atualidade.

É por isso que enxergar o camponês, no Brasil, significa não somente entendê-lo como *par siamês* da franja social que *engorda*, que se amplia com a intensificação da precarização, como alardeado pela grande imprensa e os *intelectuais de plantão*. Significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho e que, além de ganhar em quantidade com a complexificação e com a

heteroginização do trabalho, especialmente por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também posições políticas afinadas historicamente com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais da *campesinidade*, como nos indica Woortmann (1990).

É imprescindível, diante desse rico processo de redefinições e de mudanças de papéis e de expressões sociais, entendermos os conteúdos espaciais, os nexos e os significados territoriais da luta de classes, os quais se materializam rompendo as fronteiras cidade ↔ campo, nesses estágios diferenciados da existência do trabalho: camponês ↔ operário/proletário/informal ↔ camponês, ou operário/proletário/informal ↔ camponês ↔ operário/proletário/informal.

Pouco ou quase nada conseguimos entender e explicar desse intrincado quadro societário do trabalho, se apenas considerarmos que existem proletários e subproletários (a legião de informalizados), e o *lumpen* que habita a franja desse processo e vivencia situações extremadas de desemprego e despossessão. Insistimos na oportunidade de defendermos a necessidade de ultrapassar as conceituações *apriorísticas* que, além de não oferecer potência analítica, pouco contribuem para compreendermos as contradições do

processo social e redefinir para o nosso tempo quem são os homens e as mulheres, os movimentos sociais, ou os sujeitos sociais, capazes no século XXI de transformar/emancipar a sociedade para além do capital.

É por isso que as práticas de resistência e de persistência nos indicam haver certa continuidade no tempo, ou seja, o desaparecimento e a expropriação do campesinato devem ser tomados não como um processo clássico de expulsão e de conflito, porém como parte dos desafios impostos pela capitalização da agricultura, das políticas agrárias e agrícolas implementadas pelos Estados e de todo o empreendimento contraditório da dominação do capital. Exemplo apropriado para esse caso são as experiências comunitárias de uso coletivo da terra ou de mecanismos de transmissão de patrimônio, também denominadas comunidades tradicionais ou de resistência, com ocorrência na Amazônia Ocidental<sup>30</sup>.

Diferentes ou estranhas às normativas da sociedade burguesa ou ao direito romano, acrescentam aprendizados à dimensão camponesa e às experiências de vida, longe de serem entendidas ou classificadas como regressivas, que possibilitam o reencontro do homem, e da sociedade com a práxis e convívio com as técnicas e procedimentos de trabalho

---

<sup>30</sup> Cf. OLIVEIRA, 2006a; PORTO GONÇALVES, 2004.



regidos pela prevalência da produção de valores de uso. Isso não quer dizer que estamos defendendo o retorno às cavernas ou a quebra-deira geral do aparato tecnológico e a negação de forma indiscriminada e radical às técnicas, mas que possamos vislumbrar ser importante e necessário os trabalhadores, as comunidades organizadas decidirem o que produzir, como produzir, com base na satisfação e na qualidade de vida do coletivo. Trata-se de uma construção? Claro que sim, mas que já começou a ser efetivada!

Deixar de ser camponês e vivenciar o universo clássico do trabalhador proletário, com ou sem vínculos formais, ou externalizando, no limite, a plasticidade do trabalho constantemente redesenhada, podendo então, participar das inúmeras formas de subordinação e de dominação às relações hegemônicas capitalistas, é um aspecto da realidade do trabalho a ser considerado nas nossas pesquisas, sob pena de negligenciarmos sua própria existência diferenciada e contraditória, na sociedade do capital. Da mesma maneira, como já apontamos, o contrário também se dá, de sorte que não podemos estar blindados a esses movimentos apenas para cumprir os requisitos dos *manuais*. Portanto, a materialidade e a subjetividade do trabalho são elementos centrais para termos em conta, nas nossas investigações, a própria composição da classe

trabalhadora, os elementos ideológicos que se fazem presentes na edificação dos embates com o capital e setores hegemônicos, assim como na disputa política mais geral.

Nessa perspectiva, a existência do trabalho estranhado ou do estranhamento como condição para a reprodução dos valores da sociedade do capital é a garantia dos pressupostos controlistas dos setores hegemônicos e do Estado sobre o trabalho. Já noutra circunstância, vale insistir, no retorno à experiência camponesa e no ingresso às novas relações (para os que não as conheceram anteriormente, nem nas gerações anteriores), vínculos sociais são reavivados (ex-camponeses e descendentes) e inovados (para os que nunca tiveram vínculos com a terra), respectivamente. Esse eixo bifronte da materialização camponesa tem demarcado politicamente a negação à proletarização completa, o pagamento/transferência da renda da terra e a assimilação do extermínio do modo de vida camponês. É exatamente por isso que conseguem manter viva a disputa por território; mais ainda, a permanência e a garantia do território camponês.

Tudo isso compõe os elementos que definem posições político-ideológicas e a construção de projetos de classe, podendo variar segundo a trajetória de vida e de incursão geográfica e histórica, nas demais atividades laborativas sob o domínio de

determinadas relações de produção e de trabalho, as quais também expressam diferentes relações de trabalho e de acesso à terra.

É importante também que consideremos o fato de que a dupla e contraditória situação do campesinato em relação ao processo produtivo gera uma consciência de classe ambígua. Isto é, como proprietário, pensa na terra e nos frutos dela, mas, como trabalhador, pensa nas formas de drenagem/transferência (extorsão) da renda fundiária, que ocorrem na circulação dos produtos do seu trabalho. Isso rebate diretamente na sua compreensão enquanto classe social, portanto, na consciência de classe, porque pressupõe o conteúdo da luta anticapital, tendo em vista que, para não vislumbrar seu fim, o camponês se opõe à produção/expansão territorial do capital, de sorte a negar a destruição de seu modo de vida. E mais: nesse gesto, revela para si e para as demais classes sociais sua oposição ao capital, mas, contraditoriamente se reafirma no interior do processo capitalista de produção, pois sua recriação segue a lógica inscrita nas próprias necessidades do capital, já que vive a transferência de riqueza que a sujeição da renda da terra pressupõe/determina.

Nesse sentido, a compreensão que se tem – ou, ainda, a superação – da sua situação social não vem, portanto, de

dentro de sua condição contraditória de classe. Em termos históricos, é somente quando o capital procura transformá-lo num trabalhador para o capital (um operário indireto)<sup>31</sup>, um expropriado da terra e vendedor apenas da força de trabalho (proletário), que explicita sua consciência ambígua e se entende como classe para si, em sentido pleno do conceito. Despovoada das mediações que definem o enraizamento das diferentes categorias sociais, essa definição é, pois, uma simplificação esvaziada de conteúdo, e apenas reproduz noções preconcebidas, sem potência explicativa.

Assim, o anticapitalismo inscrito no camponês nasce contraditoriamente do próprio antagonismo de classe que lhe é intrínseco, mas que tanto contém o limite da consciência de classe, quanto nela também reserva as potencialidades para a efetivação da consciência, como processo em construção.

Numa passagem elucidativa do que estamos tratando, podemos perceber os elos defendidos para o reconhecimento da sociabilidade do camponês, no contexto histórico de meados do século XIX, numa França abalada pelo *golpe bonapartista* de 1851.

---

<sup>31</sup> Cf. MARTINS, 2001. Não nos baseamos nessa obra para discutir a questão de classe que envolve o trabalho, na atualidade, e a tentativa de focar o campesinato nesse contexto de redefinições como parte do movimento de plasticidade. Com ela, sintonizamos alguns aspectos que comparecem no texto, para ampliar nossa interlocução.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo [...] Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo [...], nenhuma diversidade de desenvolvimento [...] nenhuma riqueza de relações sociais<sup>32</sup>. (MARX, 2002, p. 127).

É certo que esse isolamento e individualidade atribuídos aos camponeses pré-definem explicações<sup>33</sup> que nem sempre

<sup>32</sup> É importante lembrar que é desse contexto que são extraídas as avaliações de Marx, de um momento histórico determinado e específico, para sustentar posições/avaliações vinculadas a outro tempo, ainda que haja ligações de semelhança, senão de outro conteúdo social. Por exemplo, o que marca, em *O 18 Brumário*, para grande parte dos leitores (marxistas ou não), é a comparação que Marx faz entre a pulverização das famílias camponesas pelos campos e um *saco de batatas*, isto é, considerando que “a grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas”, da mesma maneira que batatas em um saco.

<sup>33</sup> Poderíamos lembrar, um dos textos mais conhecidos de Lênin: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, 1985; de Engels, *O problema camponês na França e na Alemanha*, 1981; de Kautsky, *A questão agrária*, 1980, que, se entendidos também de forma isolada, descontextualizados das lutas políticas travadas no interior da social-democracia e fundadas na avaliação de que o caminho revolucionário ou a construção do socialismo passava pelo comando da indústria moderna nascente, portanto, necessariamente, pela organização do proletariado, pretextando o poder político em detrimento dos demais segmentos dos trabalhadores, naquele momento, incapazes de se apresentar para essa tarefa. O rico debate que dessas obras e de toda essa época extraímos, se não corretamente entendidas, por

podem evidenciar os intercâmbios de relações que passam, de fato, a existir no cenário camponês do século XXI. É o que podemos identificar de forma mais enfática, nas palavras de Marx (2002):

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 2002, p. 127-128).

Já as ponderações de Thompson (1998)<sup>34</sup> indicam que “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”, tendo em vista que formação da classe e consciência de classe são faces de um mesmo processo. O não entendimento dessa condição pode endossar um modelo de desenvolvimento da classe por etapas, em que a consciência seria uma espécie de derivação da etapa superior da classe (THOMPSON, 1998, p.105). O entendimento de classe como uma categoria histórica é a sustentação da

fora do contexto histórico, não serão devidamente compreendidas.

<sup>34</sup> No texto *Algumas observações sobre a classe e falsa consciência*, Thompson (1998) reafirma suas teorias sobre classe social e aprofunda um debate rico e estimulante para novas pesquisas.

crítica ao entendimento que faz prevalecer a teoria sobre o fenômeno histórico, tornando dessa forma, a classe uma categoria estática. Está presente na posição de Thompson (1998) sobre o componente estático de classe, a crítica à existência de uma vanguarda que saberia, mais que a própria classe, quais seriam a consciência de classe conveniente.

Toda a polêmica característica desse assunto não está em foco, neste momento, mas, sim, o fato de que essas duas dimensões (relacionamento e organização/interesses de classe) referenciam o conceito marxiano de classe social, pensamos ser mais apropriado considerá-las de forma articulada. Nesse sentido, não é necessário ceder aos apelos de Bourdieu (1996), quando propõe rupturas com a teoria marxista, tendo em vista a restrição da abrangência da análise social e a insuficiência para explicar o mundo social, basicamente porque privilegia a esfera economicista.

Não concordamos com essa postura, até porque Marx não se propôs edificar uma teoria sobre as classes<sup>35</sup> e também porque o engessamento dessa categoria de análise a torna um empecilho para o exercício da investigação científica e da ação política transformadoras. Isso não quer dizer que deixamos de reconhecer

haver uma lacuna na produção intelectual-acadêmico-política de estudos sobre as classes sociais, diante da diferenciação social na atualidade, e não por isso que endossamos o fato de que “as classes sociais não existem.” Tampouco, que “o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (BOURDIEU, 1996, p.26-27).

O essencial está em não desconsiderarmos os processos sociais que modificam os sentidos e as significações do trabalho no século XXI. Esses têm sido ampliados, como já vimos, e revelam um sem-número de formas de explicitação do conflito de classe, ou lutas de resistência, desde as manifestações contra o projeto destrutivista dos grandes conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros; as greves em setores vitais da economia, mas cada vez mais raras e pontuais; passando pelas manifestações de confronto estabelecidas entre os sem-tetos e desempregados e poder público; as experiências dos assentamentos rurais, bem como as diferentes realidades que o campesinato experimenta, quando vive a descamponização e quando se recamponiza (inclusive, com o ingresso em suas fileiras de trabalhadores urbanos), e daí as ocupações de terra, produzindo

---

<sup>35</sup> Como é do conhecimento geral, o Manuscrito (Livro III, Volume III, Capítulo LII) termina sem antes começar a discussão sobre classes sociais propriamente ditas.

novas experiências no interior do território da luta política e de sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **A Condição de Proletariado**. Londrina: Práxis, 2009.
- ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998.
- ANTUNES, R. (Org.). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BEYNON, H. “As práticas do trabalho em mutação”. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1997. p.9-38.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: 1996.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, H. M. **As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil: o etanol**. Curitiba, 2008. (Inédito).
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LUXEMBURGO, R. **A crise da social democracia**. Lisboa: Presença, s/d.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Moscou: Edições Progresso, 1982. Tomo 1.
- MARX, K. **Contribuição à crítica à economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1986a.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1986b. (capítulo VI inédito).
- MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)**. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OFFE, C. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Editora Sistema, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. 2006: A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra Livre**, São Paulo, v.22, 2006a, p.13-27.
- OLIVEIRA, A. U. A não reforma agrária no governo Lula. São Paulo. São Paulo Instituto Iandé, 2006b. Disponível em: <http://www.landaction.org/gallery/ANaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf> Acesso em: 13/02/2007.
- OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, desencantamento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PORTO GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RANIERI, J. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. (reflexões preliminares)”. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, Barcelona, 2002a. disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/c4-jmont.htm>. Acesso: 10 maio, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (Des)Ordem Societária e Territorial do Trabalho. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo, Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, p.71-86.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e Territórios em Disputa (Algumas Considerações). In: PAULINO, E. T. (Org.). **Campesinato em Movimento**. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária; IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Londrina, 2007a. p.223-247.

THOMAZ JÚNIOR, A. Geografia e trabalho no século XXI. Os limites para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil”. **Revista Okara**, João Pessoa, v. 1, n.2, 2007b. (Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB). Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/1831/1624> Acesso em: 15/10/2008.

THOMAZ JR., A. Por uma *Cruzada* Contra a Fome e o Agrohidronegócio Nova Agenda Destrutiva do Capitalismo e os Desafios de um Tempo não Adiado”, Presidente Prudente, **Pegada**, V.9, N.1, 2008. p. 7-33.

THOMAZ JR., A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI”. (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. (Tese de Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2009. (997p). Disponível em: [WWW.prudente.unesp.br/ceget/LD/iniciar.html](http://WWW.prudente.unesp.br/ceget/LD/iniciar.html)

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio. L.; SILVA, Sérgio (org.). **Textos didáticos**. 3.ed. São Paulo, n 10, v.2, 1998. p.95-109.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e Emergência Teórico-Prática da Reforma Agrária como Instrumento de Luta dos Trabalhadores no Brasil. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/03thomaz1002.pdf>. Acesso em: \_\_.\_\_. 20\_\_.